

AGRICULTURA E SOBERANIA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO-MG

AGRICULTURE AND FOOD SOVEREIGNTY IN NEPOMUCENO-MG

Lucas Guedes Vilas Boas¹

RESUMO

As relações de trabalho, as formas e os métodos de produção empregados na agropecuária influenciam diretamente a condição de vida e a alimentação da população. Assim sendo, o objetivo deste artigo é avaliar a condição de soberania alimentar dos agricultores de Nepomuceno, município que possuía 25.018 habitantes no ano de 2022 e está situado na região de planejamento Sul de Minas. O trabalho de campo foi realizado entre março de 2016 e março de 2019 em 60 propriedades rurais municipais. Outros procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica, as entrevistas semiestruturadas e as caminhadas transversais. Observou-se que a soberania alimentar no município está ameaçada, uma vez que a agricultura empresarial, torna os produtores locais mais dependentes do mercado e diminui sua autonomia, inserindo-os na acirrada concorrência capitalista e impelindo-os ao uso de insumos oriundos das corporações multinacionais e transnacionais que monopolizam o setor agroquímico.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania Alimentar; Questão Agrária; Nepomuceno-MG; Produção; Insumos Agroquímicos.

ABSTRACT

Labor relations, forms and methods of production employed in agriculture, directly influence the living conditions and food supply of the population. Therefore, the purpose of this article is to evaluate the food sovereignty condition of farmers in Nepomuceno, a municipality with a population of 25,018 in 2022, located in the South of Minas planning region. Fieldwork was conducted between March 2016 and March 2019 on 60 rural properties in the municipality. Other methodological procedures included bibliographic research, semi-structured interviews, and cross-sectional surveys. It was observed that food sovereignty in the municipality is under threat, as entrepreneurial agriculture makes local producers more dependent on the market and diminishes their autonomy, placing them in fierce capitalist

¹ Este artigo é parte modificada da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais.

competition and driving them to use inputs from multinational and transnational corporations that monopolize the agrochemical sector.

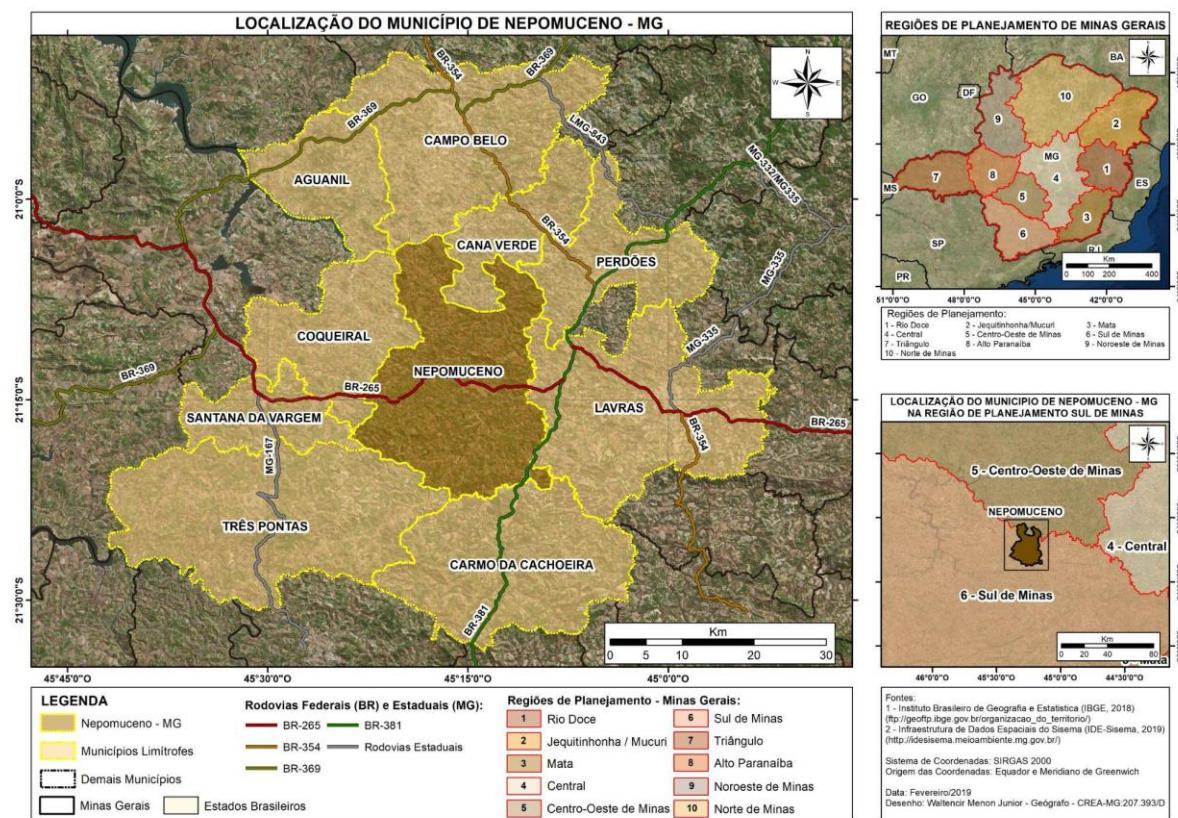
KEYWORDS: Food Sovereignty; Agrarian Issue; Nepomuceno-MG; Production; Agrochemical Inputs.

INTRODUÇÃO

Segundo dados da FAO, em 2022, mais de um bilhão de pessoas não tinham acesso à água potável e aproximadamente 735 milhões estavam desnutridas. A África foi o continente com maior índice percentual de subalimentação (19,7%), enquanto na Europa e na América do Norte, os valores foram inferiores a 2,5%. A partir de 2010, apesar dos avanços tecno-científicos, o número de indivíduos famélicos aumentou em escala mundial. Paradoxalmente, a maioria dos seres humanos que passa fome não mora na cidade, mas reside no campo, produzindo e vendendo gêneros agrícolas (FAO, 2023).

Os problemas relacionados à alimentação também atingem os moradores do município de Nepomuceno (Figura 01), o qual está localizado na região de planejamento Sul de Minas e possuía 25.018 habitantes em 2022 (IBGE, 2024). Em estudo anterior, avaliou-se a situação de segurança alimentar de 40 famílias residentes no campo e 40 famílias citadinas do município a partir do questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), o qual emprega critérios quali-quantitativos para avaliar os regimes alimentares dos indivíduos e/ou domicílios. Outros aspectos, como a diversidade de gêneros alimentícios presentes nas dietas, o uso de agrotóxicos e a ocorrência de casos de obesidade, alcoolismo e/ou problemas psicológicos, também foram investigados.

Figura 01: Localização do município de Nepomuceno-MG



Fonte: Lucas Guedes Vilas Boas

Na cidade, apenas 40% dos imóveis avaliados apresentaram segurança alimentar. Como não dispõem de terras, muitos habitantes urbanos de Nepomuceno dependem diretamente da renda salarial para a aquisição de alimentos (VILAS BOAS, 2017). No entanto, apenas 13,37% da população nepomucenense possuía ocupação formal em 2021, e o salário médio dos trabalhadores formais era de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2021). Assim, observa-se que as remunerações em Nepomuceno são, em geral, baixas, colaborando para a restrita diversidade de alimentos presentes em suas dietas.

Já no campo, 57,5% das famílias pesquisadas se encontravam com segurança alimentar (VILAS BOAS, 2017). Como a posse da terra possibilita aos residentes do campo o cultivo de espécies vegetais e a criação de animais, há o aumento da variedade de gêneros consumidos e de vitaminas presentes nos regimes alimentares. Assim sendo, a diminuição da concentração fundiária e o acesso à terra por parte da população menos abastada constituem medidas necessárias à melhoria da alimentação, tanto em escala local, quanto em âmbito nacional. Constatou-se que os regimes alimentares da população nepomucenense possuem diversas carências,

especialmente com relação às proteínas de origem animal. Em virtude das baixas remunerações recebidas e do predomínio da monocultura cafeeira, a alimentação possui diminuta variedade, sendo pobre em nutrientes. Outros fatores também colaboram para a insegurança alimentar no município, como o alcoolismo, a obesidade e o intenso emprego de praguicidas no cultivo agrícola (VILAS BOAS, 2016).

Assim sendo, considerando a análise prévia da segurança alimentar em Nepomuceno, o objetivo do artigo é investigar a situação de soberania alimentar dos agricultores familiares municipais, a qual abrange diversos aspectos não contemplados pela categoria segurança alimentar, como a autonomia nas deliberações relativas ao estabelecimento agrícola e ao processo produtivo, o direcionamento e o controle da produção, a contraposição ao agronegócio, a associação com a agroecologia e a implantação de medidas protecionistas aos pequenos agricultores.

METODOLOGIA

A pesquisa em campo foi realizada entre março de 2016 e março de 2019, por meio da visita às propriedades agrícolas do município, averiguando relações e processos capitalistas de produção e trabalho presentes nos imóveis rurais, além dos fatores que interferem na alimentação municipal, como a diversidade de gêneros cultivados, os métodos de fertilização e conservação dos solos, o direcionamento da produção, as relações e as formas de trabalho desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários. Salienta-se que o aporte teórico disponibilizado pela bibliografia foi utilizado durante todo o estudo, isto é, foi mobilizado conforme o progresso e as necessidades da pesquisa efetivada. A cada novo fenômeno ou fato observado na conjuntura agrária municipal, diferentes referências bibliográficas relativas ao tema eram consultadas com o intuito de obter mais conhecimentos acerca do assunto e auxiliar a análise e a interpretação da realidade.

Após o início da realização da pesquisa bibliográfica, as entrevistas semiestruturadas e a caminhada transversal ou participativa – um dos procedimentos que compõem o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) – também foram empregadas no decorrer das investigações realizadas nas 60 propriedades agrícolas estudadas. Atualmente, o DRP é uma metodologia aplicada por algumas organizações não governamentais e órgãos estatais mundo afora para o estudo de propriedades rurais. Além disso, compõe pesquisas de caráter mais participativo, almejando o

empoderamento da população local e a efetivação de ações locais sustentáveis, visando a preservação ambiental.

Em consonância com Chambers (1994a; 1994b) e Souza (2009a), por intermédio da técnica de caminhada transversal, a área produtiva das propriedades rurais foi percorrida duas vezes entre janeiro e março de 2017 e junho e agosto de 2018, com o intuito de avaliar seus aspectos físicos e históricos, bem como de obter informações referentes à produção, às formas e relações de trabalho, à ocupação e à posse da propriedade, às questões ambientais, entre outras características. O pesquisador deve anotar informações pronunciadas pelos moradores e elementos perceptíveis no trajeto efetivado pelo espaço rural, muitos dos quais não são expostos durante as entrevistas e revelam importantes aspectos dos locais estudados.

DESENVOLVIMENTO

Segurança Alimentar, Soberania Alimentar e as Políticas Públicas Voltadas à Alimentação

De acordo com Souza (2009b), alguns estudos promovem uma confusão entre os termos segurança alimentar e soberania alimentar. Destarte, é imprescindível salientar que segurança e soberania alimentar possuem sentidos distintos, relacionados principalmente com a diferença técnica e ideológica entre eles. A segurança alimentar, categoria amplamente difundida pelos estudos da FAO e pelas políticas públicas adotadas em diversos países, possui critério mais técnico, avaliando os impactos dos regimes alimentares sobre a saúde dos indivíduos, isto é, se as dietas são adequadas em termos quantitativos e qualitativos às necessidades do organismo humano, propiciando uma vida saudável aos homens e mulheres (MALUF, 1998; SEGALL-CORRÊA, 2007; COCA, 2018).

A segurança alimentar foi incluída na pauta das políticas promovidas pela FAO após a Conferência Mundial sobre a Alimentação, realizada em 1974 na cidade de Roma (SEN, 1981; CHÁVEZ, 2007). A despeito do início do debate acerca da categoria no decênio de 1970, Sen (1981) foi um dos primeiros autores a relacionar a segurança alimentar à problemática do acesso aos alimentos e à disparidade socioeconômica entre os países e as classes sociais. O economista mostrou que a desigualdade de acesso à terra também prejudica a segurança alimentar dos grupos humanos.

Desta maneira, a elevada concentração fundiária brasileira contribui para o agravamento dos quadros de insegurança alimentar, uma vez que grandes extensões de terra são destinadas à produção monocultora de gêneros direcionados ao mercado externo e/ou à produção de agrocombustíveis, minorando a diversidade alimentar da população brasileira (MALUF, 1998). A pobreza e a desigualdade de renda também causam insegurança alimentar, pois geram escassez quantitativa e qualitativa nos regimes alimentares (SEN, 1981; HOFFMANN; 2008). Isto posto, o desemprego e os diminutos salários mínimos contribuem para o aumento da insegurança alimentar, especialmente em países subdesenvolvidos (MALUF, 1998; VILAS BOAS, 2016).

Os desastres naturais, como terremotos, furacões e grandes estiagens, assim como os conflitos armados, colaboram para o aumento dos casos de insegurança alimentar, pois destroem diversas lavouras e estoques de alimentos, além de ampliarem a quantidade de refugiados (FAO, 2013). A intensificação das mudanças climáticas e o aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos podem ampliar os casos de insegurança alimentar, uma vez que ocasionam significativas perdas nas safras, afetando a produção de gêneros basilares das dietas alimentares (VERVOORT et al., 2014).

A obesidade está associada à insegurança alimentar, pois indica que há excesso de nutrientes no regime alimentar, comprometendo a saúde e a qualidade de vida do indivíduo obeso (FONSECA et al., 2013). Patologias de ordem psicológica, como depressão e ansiedade, também agravam os quadros de insegurança alimentar, visto que, em alguns casos, interferem diretamente no cotidiano alimentar (SEGALL-CORRÊA, 2007).

Assim sendo, a segurança alimentar foi incluída em diversos estudos científicos e políticas públicas em escala nacional e mundial. Apesar da relevância dos estudos relativos à segurança alimentar, a categoria não contempla alguns atributos, como a dependência em relação ao mercado, a sujeição da agricultura ao setor urbano-industrial e ao capital, os direitos de patentes sobre as sementes, entre outros (PAULINO, 2015; COCA, 2018). Em contrapartida, a soberania alimentar exige a preservação dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade, bem como da cultura dos grupos populacionais. Nas palavras de Siliprandi (2001, p. 18):

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a sua população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e a diversidade

dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais as mulheres desempenham um papel fundamental.

Além disso, a categoria engloba a proteção em relação aos acordos comerciais, o respeito aos aspectos e hábitos culturais e alimentares das distintas populações, e preza pela produção, distribuição e consumo de alimentos que permitam a preservação do meio ambiente, em consonância às necessidades dos grupos humanos (THOMAZ JÚNIOR, 2007; DESMARAIS, 2013; PAULINO, 2015). Assim sendo, uma família ou um grupo humano pode estar em situação de segurança alimentar, mas não possuir soberania alimentar.

Pode-se afirmar que a soberania alimentar preconiza a autonomia na produção alimentícia, sobretudo quanto ao acesso e ao direito de uso da terra e de métodos de produção que possam ser reproduzidos pelos próprios agricultores por meio de procedimentos agroecológicos, sem a dependência de crédito bancário para a aquisição de insumos empregados no processo produtivo. Em contrapartida, a segurança alimentar, promovida por programas estatais como o Programa Fome Zero (PFZ) e o Bolsa Família, insere os agricultores no mercado, viabilizando a obtenção de renda monetária para a compra de alimentos. Concentrando suas ações no combate à fome por meio da aquisição de víveres alimentícios, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) enfraqueceu as lutas pela soberania alimentar no país e desestimulou o cultivo de gêneros para o autoconsumo (THOMAZ JÚNIOR, 2007; PAULINO, 2015).

Com a instituição do Programa Fome Zero, o governo formulou um plano financeiro de crédito direcionado à produção familiar de alimentos, especialmente destinado às famílias mais carentes. Suas medidas se voltavam principalmente à eliminação da fome quantitativa, ao equilíbrio nutricional das dietas alimentares e à oferta regular de alimentos. Além disso, englobavam investimentos e ações para o barateamento do preço venal dos alimentos, o desenvolvimento econômico local e o fortalecimento dos pequenos agricultores, mas não contemplavam a autonomia no processo produtivo e/ou a diminuição da dependência em relação ao mercado (TOMAZINI; LEITE, 2016).

Visando a segurança alimentar da população brasileira, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi elaborado seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). O PAA atrelou a oferta de alimentos oriundos da agricultura familiar às demandas dos setores públicos (TOMAZINI; LEITE, 2016; BORBA et al., 2018). Assim, pode-se afirmar que as

medidas efetivadas pelo Estado brasileiro intentando a segurança alimentar da população preconizavam o acesso aos alimentos, mas não se preocupavam com as formas de obtenção adotadas, tampouco com a soberania alimentar dos brasileiros.

Para Thomaz Júnior (2007), as políticas públicas brasileiras, como os Planos Nacionais de Reforma Agrária (PNRAs) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), se preocuparam com a segurança alimentar, em detrimento da soberania alimentar. As políticas estatais direcionadas à agricultura e à alimentação, em alguns casos, até atenuaram as situações de fome e carência alimentar da população, diminuindo a insegurança alimentar, mas, ao estimularem o agronegócio e a agricultura familiar empresarial, ampliaram a dependência das famílias e dos agricultores frente ao mercado e à indústria, minorando sua soberania alimentar.

Assim sendo, nos últimos anos, especialmente durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, as políticas públicas brasileiras direcionaram seus esforços para a redução da insegurança alimentar no país. Diversos programas, como o Fome Zero, o Bolsa Família e o PRONAF, foram desenvolvidos com os objetivos de promover o acesso da população pobre aos alimentos e fomentar a agricultura familiar. A despeito dos inúmeros problemas apresentados, as ações empreendidas pelos programas estatais mencionados conseguiram ampliar a segurança alimentar em território nacional. Todavia, não foram capazes de majorar a soberania alimentar da população brasileira, pois não asseguraram a autonomia na produção agrícola, tampouco reduziram a dependência em relação a insumos industriais e ao mercado externo (BORBA et al., 2018).

A primeira ocasião em que a soberania alimentar apareceu na pauta das políticas públicas foi em 1996 na Conferência Mundial sobre Alimentação realizada na cidade de Roma. O tema apenas foi inserido na agenda de discussões devido à persistência da Via Campesina, a qual é a grande responsável pela difusão da luta pela soberania alimentar em âmbito global (SUPPAN, 2008; DESMARAIS, 2013; BORBA et al., 2018).

Fernandes (2017) e Coca (2018) afirmam que, enquanto política pública, a soberania alimentar constitui uma contraposição à *commoditização* da agricultura e ao agronegócio. Em contrapartida, as políticas voltadas à segurança alimentar não representam uma oposição ao agronegócio, tampouco se preocupam com o modelo de desenvolvimento agrícola/rural adotado pelos Estados.

Thomaz Júnior (2007), Suppan (2008) e Desmarais (2013) esclarecem que para a Via Campesina, a soberania alimentar engloba diversos aspectos não contidos na definição de segurança alimentar, uma vez que abrange o controle sobre a produção, isto é, as decisões referentes às formas de produção, aos gêneros cultivados e à dimensão da produção são assumidas pelos próprios agricultores. Além disso, também pretende abolir a dependência dos agricultores em relação ao mercado por intermédio de medidas protecionistas aos camponeses.

Destarte, abrange o direito das populações de terem autonomia sobre sua política agroalimentar e dos países de produzirem os alimentos necessários para seus habitantes em seus próprios territórios. Uma vez que preconiza a produção de gêneros alimentícios saudáveis e apropriados a cada população, prioriza o cultivo e o consumo de alimentos nativos. Também engloba o pagamento de remunerações mais dignas aos agricultores, que os libertem da dependência frente ao capital agroindustrial. Sob essa perspectiva, o direcionamento da produção agrícola ao abastecimento do mercado interno constitui uma das principais medidas necessárias à soberania alimentar dos povos (DESMARAIS, 2013).

A soberania alimentar é caracterizada pela diversidade criativa e produtiva (PATEL, 2009; PAULINO, 2015). Além disso, é contrária à absorção da agropecuária pelo neoliberalismo e suas influências nas dietas alimentares, contrapondo-se à presença dos atores capitalistas na agricultura. Destarte, opõe-se à agricultura convencional, subordinada ao setor financeiro-industrial. Para atingirem a soberania alimentar, os Estados deveriam subsidiar a produção agrícola dos pequenos produtores e a aquisição de alimentos dos cidadãos mais pobres (THOMAZ JÚNIOR, 2007; WITTMAN, 2009; BERNSTEIN, 2015). Sob o prisma da soberania alimentar, a qual configura um movimento e um arranjo político dos agricultores, o uso do território e as relações de poder nele desenvolvidas devem se voltar à produção de alimentos. Além disso, os camponeses precisam e merecem ser protagonistas no cultivo e no consumo de víveres saudáveis (CARNEIRO, 2018; COCA, 2018).

A preconização da soberania alimentar reverbera na defesa da saúde pública, na conservação do meio ambiente e no respeito às temporalidades e territorialidades dos diversos grupos humanos. Além disso, representa a luta contra a exploração do trabalho e a hegemonia das empresas privadas atuantes no setor agroalimentar. Sua conquista pressupõe a fragmentação do poder e a democratização das deliberações relativas às dietas alimentares e aos seus processos produtivos, isto é, o rompimento

com o atual modelo de agricultura pautado no agronegócio, no qual poucas corporações centralizam e monopolizam a produção e a comercialização de gêneros alimentícios em escala mundial (FERNANDES, 2017).

Logo, a atuação dos atravessadores constitui um empecilho à soberania alimentar dos agricultores, pois impede a comercialização direta de sua produção com a população, o que elevaria suas margens de lucro (PEREIRA; LOPEZ; DAL SOGLIO, 2017). Deste modo, quanto maior o número de intermediários no processo de comercialização dos alimentos, maiores os preços pagos pelos consumidores finais e menores os valores monetários recebidos pelos agricultores, prejudicando as dietas alimentares de ambos os grupos.

Em Nepomuceno, a atuação dos intermediários na agricultura acontece principalmente por meio das cooperativas agropecuárias e dos supermercados. Enquanto as cooperativas operantes no município adquirem alguns gêneros agrícolas produzidos no município e os negociam com diversos locais no Brasil e no exterior, os supermercados compram diversos víveres produzidos nas áreas rurais nepomucenenses e efetivam sua venda na área urbana municipal. Consequentemente, há o encarecimento do preço venal dos alimentos comercializados e a diminuição do montante pago aos agricultores pelos gêneros cultivados, reverberando em prejuízos à soberania alimentar, tanto de consumidores, quanto de produtores.

A conservação e o resgate das variedades nativas e crioulas de sementes é um importante passo para a soberania alimentar dos agricultores e de suas famílias, pois garante a autonomia desses sujeitos. Tais medidas favorecem a manutenção da agrobiodiversidade, visto que estas variedades apresentam vasta diversidade genética e possuem elevada resistência a elementos bióticos e abióticos. Além disso, as sementes crioulas estão intimamente associadas ao território, pois só se desenvolvem em determinados espaços dotados de características singulares. O vínculo com a dimensão territorial se estende até as relações de poder, uma vez que a opção pelas variedades crioulas materializa a resistência de grupos de agricultores ante a agricultura industrial e a disseminação dos grãos transgênicos (PEREIRA; LÓPEZ; DAL SOGLIO, 2017; BORBA et al., 2018).

De acordo com Raffestin (1993), os grupos subalternos também exercem relações de poder. Assim sendo, a preservação das sementes crioulas assinala a luta de diversos grupos de agricultores, como os movimentos de caráter agroecológico que compõem a Via Campesina, contra a hegemonia do mercado e das relações capitalistas

de produção no campo e na agricultura. Ademais, o geógrafo afirma que o território é constituído por sistemas sêmicos, os quais são formados por símbolos e códigos (RAFFESTIN, 1993). No caso dos agricultores que optaram pelo resgate das sementes crioulas, estas compõem sistemas sêmicos que refletem as visões de mundo e as ideologias desses grupos populacionais.

O movimento agroecológico é um dos caminhos para a soberania alimentar, pois retira os agricultores da sujeição à indústria e ao capital (BERNSTEIN, 2015; PAULINO, 2015; SANTOS, 2016; BORBA et al., 2018). Santos (2016) considera a agroecologia como manifestação e instrumento político do campesinato, configurando uma prática social de oposição ao agronegócio. Deste modo, constitui uma alternativa para os camponeses superarem a subordinação em relação à agricultura capitalista, uma vez que a maioria dos agricultores brasileiros - a despeito da pequena dimensão de suas propriedades - tem uma produção de caráter empresarial, integrada, dependente e submissa ao mercado.

Ao discutir os vínculos entre agroecologia e soberania alimentar, Altieri (2005) mostra que ambas se contrapõem ao uso de transgênicos. Ademais, Thomaz Júnior (2007) afirma que a soberania alimentar propõe uma mescla entre os conhecimentos tradicionais, os quais almejam a preservação ambiental, e as práticas agroecológicas.

Na conjuntura agrária nepomucenense, a exiguidade de propriedades rurais agroecológicas evidencia a preocupação com relação à preservação ambiental e à independência frente ao mercado. Neste contexto, a Fazenda Agropecuária Aracne Eireli, que adotou a cafeicultura orgânica desde o plantio 2017-18, pretende futuramente converter a produção orgânica em agroecológica, com o intuito de ampliar a soberania alimentar na propriedade e no município.

Os defensores da soberania alimentar almejam a erradicação da fome e da miséria, e lutam pelo fim da opressão e das desigualdades em diferentes âmbitos, como de cor e etnia, de gênero e de classe. Contudo, diferentemente da segurança alimentar, não desejam promover o acesso à alimentação por meio da integração e da dependência frente ao mercado capitalista. Em um contexto de soberania alimentar, os agricultores teriam controle sobre as deliberações de sua produção e conseguiram manter o núcleo familiar por meio dos recursos que encontram em sua propriedade, sem dependerem de insumos oriundos da indústria (THOMAZ JÚNIOR, 2007; EGUREN, 2013).

A soberania alimentar engloba a posse sobre os meios e os instrumentos de produção, bem como as deliberações referentes à produção. Além disso, os preços dos alimentos devem viabilizar o seu consumo pela população menos abastada e, concomitantemente, assegurar renda monetária para que os pequenos agricultores tenham condições dignas de vida e de trabalho (COCA, 2018).

Destarte, a soberania alimentar deve ser instrumento e objetivo da luta de classes, pois se a população alcançá-la, automaticamente minorará sua submissão frente ao capitalismo, modo de produção que subordina os seres humanos através do trabalho assalariado, da desposse e da falta de controle sobre os meios de produção, da alienação de seu trabalho e da produção, da extração de mais-valia, entre outros diversos processos exploratórios (THOMAZ JÚNIOR, 2007; PATEL, 2009). No tocante ao assunto, Lee (2007) discute algumas das principais diferenças entre segurança e soberania alimentar, as quais estão sumarizadas no quadro 01.

Quadro 01: Algumas diferenças entre segurança e soberania alimentar

	Segurança alimentar	Soberania alimentar
Modelo de produção agrícola	Produtivista/industrial	Agroecológico
Modelo de gestão agrícola	Liberal	Protecionista
Organização líder	OMC	Via Campesina
Instrumentos	AoA, TRIPS, SPS	IPC
Avaliação sobre os transgênicos	Direitos de propriedade privada	Anti-patentes, comunal
Discurso ambiental	Racionalidade econômica	Racionalidade verde

Fonte: Adaptado de Lee (2007).

Portanto, o quadro 01 evidencia importantes distinções entre soberania e segurança alimentar. Enquanto a segurança alimentar pode estar associada a um viés produtivista e ser dependente do mercado, a soberania alimentar possui caráter agroecológico, associando-se a medidas comerciais protecionistas, as quais amenizam os efeitos das práticas neoliberais sobre os pequenos agricultores. Enquanto a Via Campesina, uma organização que congrega diversos movimentos sociais vinculados ao campo, é a principal defensora da soberania alimentar em âmbito internacional; a Organização Mundial do Comércio (OMC), um organismo supranacional gerido pelos países hegemônicos, atua em prol da segurança alimentar em todo o planeta, principalmente por intermédio de três instrumentos – o TRIPS, o AoA e o SPS.

O Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC) foi um instrumento criado em 2003 para a difusão da soberania alimentar em escala mundial. Em contrapartida, o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) é um pacto internacional instituído entre os países integrantes da OMC que regulamenta e padroniza a propriedade intelectual entre os membros do órgão. Já o Acordo sobre Agricultura (AoA) é um acordo efetuado pela OMC que intenta assegurar aos agricultores o acesso ao mercado por meio de subsídios às exportações e isenções ou reduções fiscais. O Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) visa padronizar a produção alimentícia entre os países membros da OMC a fim de garantir a segurança alimentar das populações e a salubridade dos víveres de origem vegetal ou animal produzidos.

Deste modo, os mecanismos estabelecidos pela OMC almejam a segurança alimentar, mas constituem um empecilho à soberania alimentar, uma vez que intentam a padronização da produção alimentícia global e a integração dos agricultores ao mercado, assim como defendem o direito à propriedade intelectual, isto é, o patenteamento dos recursos naturais. Por conseguinte, favorecem a intensificação da subordinação da agropecuária às grandes corporações capitalistas e o aprofundamento da dependência dos pequenos agricultores em relação ao mercado.

Segundo McMichael (2009a; 2009b; 2016), a partir de 1980, iniciou-se a difusão do regime alimentar corporativo em âmbito global, o qual é caracterizado pela hegemonia de corporações transnacionais e multinacionais que monopolizam e controlam a produção, o processamento e a venda de alimentos em todo o planeta. A privatização da agricultura e, por conseguinte, da produção alimentícia, ocasiona diversas mudanças na conjuntura agrária internacional, como a especialização da

produção, a estrangeirização de terras, a disseminação de monoculturas, a produção de *commodities* destinadas à exportação e o emprego de praguicidas e sementes transgênicas. Tais alterações geram consequências nocivas aos agricultores e consumidores, como a perda de diversidade genética, a volatilidade dos preços dos alimentos, a diminuição do consumo de produtos naturais e a contaminação dos recursos hídricos e pedológicos.

A OMC, ao efetivar ações em prol da segurança alimentar das populações, trata os problemas alimentares sob um enfoque meramente técnico, despolitizando as causas da fome, visto que a subnutrição e a desnutrição estão intimamente atreladas às relações díspares de poder, à desigual distribuição de terras, à insuficiência de renda monetária e à falta de acesso aos alimentos (MCMICHAEL, 2009b; COCA, 2016).

A venda do produto final ao consumidor no regime alimentar corporativo é dominada pelas grandes redes varejistas de supermercados, cujos alimentos são, em sua maioria, industrializados. Assim sendo, apresentam altos índices de conservantes e açúcares, ocasionando a propagação de patologias como a obesidade e a diabetes (MCMICHAEL, 2009a; 2016).

Portanto, a produção de alimentos e sua comercialização em escala mundial são controladas, respectivamente, pelos oligopólios do setor agrícola e pelas grandes redes internacionais de supermercados, os quais promovem a padronização da produção de alimentos no mundo, pois reduzem a quantidade e a diversidade de espécies cultivadas e vendidas. Deste modo, contribuem para a intensificação das crises alimentares, a degradação ambiental, o empobrecimento dos agricultores e a deterioração das dietas (COCA, 2016; MCMICHAEL, 2016).

A situação de soberania alimentar de determinada população está diretamente relacionada à dependência e à integração dos agricultores frente ao mercado, uma das principais características abordadas por Lamarche (2008) em sua tipologia de estabelecimentos agrícolas. Segundo o sociólogo francês, os imóveis agrícolas podem ser classificados quanto ao caráter familiar da propriedade e também em relação à dependência tecnológica e/ou financeira e à integração ao mercado.

Nos quatro modelos estabelecidos por Lamarche (2008), apenas a agricultura camponesa ou de subsistência não possui expressivas relações mercantis. As empresas e as empresas familiares, assim como as unidades caracterizadas como agricultura familiar moderna, são consideravelmente integradas ao mercado. Deste modo, sua soberania alimentar está muito prejudicada, pois produzem os gêneros agrícolas

direcionados à venda e dependem de insumos urbano-industriais e de crédito ou empréstimos para a produção. Por conseguinte, perdem o controle sobre a produção, a qual é orientada pelos interesses do mercado.

A agricultura empresarial, caracterizada pelo predomínio de relações mercantis, está distante da soberania alimentar. Considerando-se que a maioria dos imóveis agrícolas no Brasil e no mundo incorporou práticas e relações de trabalho e de produção capitalistas, aderindo à lógica empresarial, pode-se dizer que os agricultores estão gradativamente perdendo sua soberania alimentar. No tocante ao assunto, Patel (2009) e Paulino (2015) afirmam que a soberania alimentar abrange o controle e o domínio sobre os métodos, recursos e técnicas da produção agrícola, bem como a independência em relação às práticas mercadológicas capitalistas. Ademais, Paulino (2015) explica que o camponês almeja o controle da terra, do trabalho e de seus instrumentos, os quais atualmente se encontram dominados pelo agronegócio. Por conseguinte, anseia a soberania alimentar, a qual engloba o direito à alimentação e à inserção dos agricultores nos mercados de venda.

Ao ser convertido em agricultor familiar e/ou proletarizado, o camponês perde sua soberania alimentar, pois fica amalgamado ao mercado e dependente de seus insumos, do custo de produção, da concorrência capitalista e das oscilações de preços e de demanda. Contrapondo-se a esse processo, a Via Campesina e o MST avaliam a soberania alimentar a partir de cinco critérios principais – o genético, o alimentar, o hídrico, o energético e o territorial (PAULINO, 2015).

A soberania alimentar na agricultura nepomucenense

A agricultura nepomucenense está distante de alcançar a soberania genética, a qual preconiza o cultivo de sementes crioulas, pois o uso de sementes transgênicas é difundido no campo municipal desde o início do decênio de 2000, especialmente na milhocultura. Os grãos transgênicos utilizados em Nepomuceno são adquiridos nas cooperativas atuantes no município - principalmente na Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (Capebe), na Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel) e na Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé) - e/ou por intermédio de revendedores particulares, como lojas especializadas e agrônomos.

Cabe sublinhar que o emprego de organismos transgeneticamente modificados na produção agrícola compromete a soberania alimentar, pois priva a população do controle sobre as sementes utilizadas (SOUZA, 2009b). Além disso, sua utilização

causa inúmeros malefícios ambientais, conforme atestam Altieri e Nicholls (2000), Harvey (2011) e Oliveira (2016).

A soberania hídrica dos agricultores em Nepomuceno vem diminuindo gradativamente, uma vez que o acesso à água, mesmo numa região afamada pela elevada disponibilidade hídrica, foi prejudicado em virtude de diversas práticas predatórias, como o plantio de eucalipto sem assistência técnica em áreas impróprias à cultura e o uso intensivo de praguicidas nas lavouras. Em muitos estabelecimentos rurais do município, as fontes hídricas se escassearam, dificultando atividades cotidianas, como a irrigação agrícola e a dessedentação do gado.

A soberania energética também não é assegurada na conjuntura agrária nepomucenense, pois, devido ao emprego de insumos urbano-industriais oriundos de outras regiões e estados, a agropecuária local é muito dependente de fontes energéticas não renováveis, como o petróleo. Esse hidrocarboneto, além de não ser produzido nas propriedades agrícolas municipais, é um dos principais responsáveis pela poluição atmosférica, especialmente por meio da queima de seus derivados, como a gasolina e o óleo diesel, os quais são os principais combustíveis utilizados no transporte dos insumos empregados nas lavouras. O uso de fontes de energia provenientes de combustíveis fósseis está em desacordo com a soberania energética, na qual há a utilização de fontes energéticas renováveis e não poluentes. Além disso, são raros os imóveis agrícolas que produzem, mesmo que parcialmente, as fontes de energia que empregam no processo produtivo. Com efeito, a dependência do transporte rodoviário diminui a autonomia da produção agrícola em solo nepomucenense, intensificando sua subordinação aos mercados externos.

Quanto ao território, não há soberania alimentar no município, uma vez que a despeito do grande número de minifúndios e pequenas propriedades rurais em Nepomuceno, a quantidade de trabalhadores sem-terra ou com porções de terra insuficientes para a satisfação das necessidades familiares, é bastante expressiva. Em virtude da despossessão dos meios de produção ou da diminuta produção lograda em suas terras, estes sujeitos precisam se submeter à exploração do trabalho assalariado, frequentemente em empregos temporários e/ou sem carteira assinada.

A disseminação do crédito no panorama agrário municipal, evidenciada pela expressiva quantidade de agricultores que contraíram financiamentos ou empréstimos, minora a soberania alimentar, pois aprofunda a dependência em relação ao capital financeiro e diminui os recursos financeiros destinados à aquisição de

gêneros alimentícios e aos investimentos produtivos no imóvel agrícola. Neste contexto, muitos agricultores aderem aos financiamentos do PRONAF, os quais cobram diminutas taxas de juros. No entanto, apesar dos baixos juros cobrados, muitos agricultores familiares têm dificuldade para o pagamento da dívida assumida. Dentre os 1.531 estabelecimentos agropecuários avaliados pelo Censo Agropecuário em Nepomuceno, 293 (19,14%) contraíram financiamentos/empréstimos no ano de 2017, dentre os quais 166 aderiram ao PRONAF, principalmente para custeio da produção e investimentos no imóvel (IBGE, 2019). Consequentemente, a quantidade de produtores endividados no município em decorrência dos empréstimos assumidos junto ao PRONAF também é significativa, revelando mais uma faceta negativa da difusão do crédito na agricultura.

A maioria da população nepomucenense não possui soberania alimentar, pois aproximadamente 1.200 (78,38%) das 1.531 propriedades agrícolas do município baseiam sua produção na monocultura cafeeira, reduzindo a variedade de gêneros cultivados (EMATER-MG, 2019). Como a rubiácea é vendida às cooperativas com base em sua cotação nas Bolsas de Mercados de Futuros, os agricultores que plantam somente café estão mais expostos aos riscos da volatilidade dos preços internacionais das *commodities*. De acordo com Silveira, Maciel e Ballini (2014), a negociação de contratos futuros do café arábica aumenta a variabilidade de seus preços, e prejudica os cafeicultores, especialmente os menos capitalizados, os quais não conseguem esperar um momento de valorização para vendê-lo no mercado.

Ademais, não há autonomia com relação ao processo produtivo, visto que a integração e a dependência frente ao mercado são fenômenos manifestos na agricultura local, algo evidenciado pelo emprego massivo de agrotóxicos, fertilizantes químicos, sementes transgênicas e máquinas agrícolas nas lavouras e pela atuação das cooperativas na cafeicultura nepomucenense, as quais controlam a produção cafeeira municipal, inserindo-a em cadeias produtivas internacionais. Assim, não é possível obter soberania alimentar, pois a mesma visa a diversificação da produção agropecuária e se opõe à especialização produtiva, à mercantilização e à industrialização da agricultura e da alimentação (WITTMAN, 2009; BERNSTEIN, 2015; PAULINO, 2015; COCA, 2018).

Destarte, a dependência da situação alimentar de um município ou país em relação ao exterior reverbera na perda da soberania alimentar, pois causa o aprofundamento da dependência frente às mudanças e exigências do mercado

alimentício internacional (MACHADO; OLIVEIRA; MENDES, 2016). Segundo Paulino (2015), em um contexto de soberania alimentar, a produção agrícola é direcionada ao autoabastecimento e/ou ao mercado interno e há o controle sobre a terra, os instrumentos de trabalho, o trabalho e o conhecimento relativo à produção. O fato de os agricultores nepomucenenses não possuírem controle, tampouco autonomia sobre as deliberações relativas aos quatro fatores mencionados, representa um sério empecilho à soberania alimentar. A maioria dos gêneros cultivados em Nepomuceno, com destaque para o café, tem sua comercialização dominada pelas cooperativas, as quais revendem a rubiácea para outros estados e países, comprometendo a soberania alimentar no município.

Não há soberania tecnológica na conjuntura agrária municipal, uma vez que os agricultores locais são muito dependentes de tecnologias externas às suas propriedades, sobretudo de insumos comercializados pelas corporações oligopolistas atuantes na indústria química e na biotecnologia. Agravando o cenário da agropecuária nepomucenense, a autogestão, a diversidade criativa e a inserção nos circuitos curtos de troca, distribuição e consumo, importantes elementos da soberania alimentar (PAULINO, 2015), são características quase inexistentes nos imóveis agrícolas do município, os quais são integrados ao mercado e dependentes da assistência técnica fornecida pelas cooperativas. Na maioria das propriedades rurais, não há diversidade criativa, uma vez que os métodos de cultivo empregados coincidem e permanecem inalterados há décadas. A exiguidade de estabelecimentos produtores de cafés especiais corrobora a baixa variedade de métodos e sistemas de produção agrícola empregados em Nepomuceno.

Geralmente, vincula-se a soberania alimentar à agricultura direcionada ao autoconsumo, modalidade de produção caracterizada pela elevada intensidade do trabalho e pelo limitado uso de insumos urbano-industriais, principalmente em função dos parcisos rendimentos financeiros deste grupo de agricultores. Esta associação dá origem a algumas generalizações, as quais desconsideram as singularidades socioespaciais de cada contexto (BERNSTEIN, 2015). Ademais, se todos os agricultores produzissem apenas para autoconsumo, não proveriam a procura mundial de alimentos, comprometendo a segurança alimentar dos cidadãos que não são produtores agrícolas.

Sob esse prisma, os estabelecimentos que dedicam parcela da produção para a subsistência e parte para a comercialização nos mercados locais podem se encontrar

em situação de soberania alimentar. No município de Nepomuceno, são raros os agricultores que dedicam percentual da produção para a venda direta, isto é, sem a atuação de intermediários, e não estão subordinados ao capital financeiro-industrial. Dentre os proprietários fundiários que comerciam parte da produção e possuem autonomia e controle sobre o processo de produção e suas deliberações, destacam-se os trabalhadores que atuam na feira livre municipal, os quais logram soberania alimentar, uma vez que parcela dos víveres cultivados é destinada à alimentação do núcleo familiar, enquanto o excedente agrícola é vendido na feira realizada aos sábados. Deste modo, há a eliminação dos atravessadores, cuja atuação constitui um empecilho à soberania alimentar e onera os preços finais dos produtos. Além disso, os feirantes-produtores são adeptos da policultura e autônomos quanto às decisões vinculadas às formas de cultivo, aos gêneros lavrados, aos instrumentos de trabalho, às negociações de preços, entre outros aspectos.

No tocante ao assunto, Bernstein (2015) defende que as pequenas propriedades agrícolas devem ter um mínimo de produtividade para assegurar o fornecimento de alimentos à população. O autor afirma que os pequenos agricultores, por intermédio do trabalho intensivo e do reduzido emprego de insumos urbano-industriais, provavelmente não consigam suprir a demanda global de gêneros alimentícios. Em sua ótica, constitui um equívoco a oposição instituída entre os agricultores que produzem e comercializam parcela dos víveres cultivados e a soberania alimentar, pois a venda dos excedentes assevera a segurança alimentar dos seres humanos não envolvidos em atividades agrícolas. A despeito dos parcos rendimentos obtidos, da restrita aplicação de insumos externos nas lavouras e das jornadas deletérias de trabalho, muitos habitantes pobres do campo não possuem controle ou acesso aos recursos da terra. Desta maneira, encontram-se desprovidos de soberania alimentar.

O acesso à terra é um elemento indispensável à soberania alimentar, pois minora a dependência em relação ao mercado e aos gêneros oriundos das grandes redes varejistas, os quais possuem elevados índices de conservantes, gorduras e açúcares. Os supermercados presentes no município de Nepomuceno são de pequena dimensão e ofertam uma restrita diversidade de gêneros alimentícios à população, especialmente com relação aos alimentos não industrializados de origem vegetal, como frutas, verduras e legumes. Durante a pesquisa, observou-se que a população rural do município apresenta dietas alimentares mais variadas em comparação aos habitantes

da cidade, especialmente em virtude da posse da terra, do cultivo de espécies vegetais e da criação de animais para autoconsumo (VILAS BOAS, 2016).

O movimento em prol da soberania alimentar defende a promoção de políticas e práticas comerciais que favoreçam a qualidade da alimentação de todos os povos. Deste modo, não nega o comércio, mas critica a dependência comercial vivenciada pela maioria dos agricultores. A soberania alimentar preconiza uma agricultura direcionada aos mercados locais, que preserve e valorize os recursos naturais e o meio ambiente, assim como as culturas locais (SILIPRANDI, 2001; SOUZA, 2009b; SILVA; THOMAZ JÚNIOR, 2014; COCA, 2018).

Os defensores da soberania alimentar se opõem à interferência da OMC na produção agrícola e alimentar (SILIPRANDI, 2001). Assim, compreendem que as corporações oligopolistas não podem continuar controlando o comércio mundial de alimentos, pois diminuem expressivamente a variedade e a qualidade de víveres comercializados e consumidos, uma vez que os alimentos industrializados comerciados pelas redes de supermercados contêm grande quantidade de produtos químicos em sua composição.

Segundo Lee (2007), o movimento internacional de luta pela soberania alimentar, comandado por algumas organizações não governamentais (ONG's), em especial a Via Campesina, rejeita o modelo de agricultura associado ao setor industrial e à biotecnologia, formulando ações para estimular a produção alimentícia local e proteger os moradores do campo em diversos países. Para Bernstein (2015), processos típicos da globalização neoliberal, como a difusão dos agrocombustíveis, a estrangeirização de terras e a expropriação dos camponeses em diversos países, constituem ameaças à soberania alimentar. No município de Nepomuceno, tais fenômenos não são observados em grande escala, uma vez que não existem imóveis agrícolas que se destinam à produção de combustíveis de origem vegetal, tampouco há a atuação de atores estrangeiros na aquisição de terras. Além disso, a quantidade de pequenos agricultores familiares que mantêm a posse da terra é expressiva, caracterizando uma concentração fundiária inferior à do restante do país (VILAS BOAS, 2016).

A despeito da expressividade da agricultura no cenário econômico municipal, a maioria dos alimentos consumidos pelos habitantes de Nepomuceno é adquirida em supermercados, especialmente em virtude da comodidade durante a compra e dos baixos preços de determinadas mercadorias. Esses produtos são, em sua maioria,

oriundos de outras regiões do país, e sua distribuição ocorre por intermédio das Centrais Estaduais de Abastecimento (CEASAs). Assim sendo, o consumo de enlatados e produtos industrializados é elevado no município, comprometendo a qualidade dos regimes alimentares e a soberania alimentar de seus moradores. Intimamente associada ao predomínio da monocultura cafeeira na agricultura nepomucenense, a diminuta diversidade de alimentos consumidos e de espécies cultivadas contribui para a redução da soberania alimentar dos agricultores municipais e da população como um todo.

A adubação química começou a ser realizada, em larga escala, nos municípios sul-mineiros, inclusive em Nepomuceno, na década de 1950 (COELHO, 2012). Os agrotóxicos foram inseridos na produção agrícola municipal no início dos anos 1980, sobretudo devido à ferrugem, doença que assolava os cafezais do município. Embora a agricultura da Nepomuceno não apresente expressiva mecanização, devido aos parcisos recursos financeiros dos agricultores familiares e ao relevo ondulado do município, algumas máquinas, como o trator, a derriçadora costal manual e a roçadora costal manual, foram introduzidas na agricultura municipal entre os decênios de 1990 e 2000. Já as sementes transgênicas, empregadas majoritariamente na milhocultura, disseminaram-se na conjuntura agrária municipal a partir da década de 2000, principalmente por intermédio das cooperativas.

Assim sendo, a disseminação de insumos urbano-industriais na agricultura nepomucenense foi marcada pela inserção de fertilizantes químicos, praguicidas, grãos transgênicos e máquinas agrícolas na produção. Doravante, a submissão do setor agrícola municipal ao capital industrial foi ampliada, culminando na redução da autonomia e do controle dos agricultores locais sobre o processo produtivo, prejudicando a soberania alimentar destes sujeitos.

É importante salientar que a soberania alimentar não preconiza o repúdio total aos insumos industriais. Todavia, defende a manutenção da qualidade dos alimentos, a autonomia e o fim da subordinação em relação ao capital urbano-industrial. Se o emprego de elementos, como equipamentos e máquinas agrícolas, não ocasionar degradação ambiental e colaborar para a diversificação produtiva e o aumento dos rendimentos dos agricultores, sua utilização favorece a soberania alimentar, pois proporciona a melhoria das condições desses sujeitos (CARNEIRO, 2018).

Anteriormente, os agricultores do município de Nepomuceno dependiam menos de elementos oriundos da indústria e da aquisição de empréstimos. Assim

sendo, eram menos subordinados ao capital financeiro-industrial e possuíam maior autonomia na administração e nas deliberações referentes aos seus estabelecimentos produtivos. No entanto, desde as primeiras décadas do século XX, a monocultura cafeeira volvida ao mercado externo se difundiu em território nepomucenense, comprometendo a soberania alimentar de seus habitantes, uma vez que ocasionou redução da diversidade de víveres lavrados e o cultivo da rubiácea não se destina ao autoconsumo ou ao mercado interno. Destarte, a principal atividade econômica municipal é a produção de um *cash crop*, o café. Tal condição aumenta a dependência em relação ao mercado e compromete diretamente a soberania alimentar dos agricultores municipais.

Segundo Kohlhepp (2010), há importantes diferenças entre as propriedades monocultoras que produzem *cash crops* e os estabelecimentos agrícolas que se baseiam no cultivo de *food crops*. Enquanto os *cash crops*, como açúcar, soja e café, são voltados à exportação e cultivados com vasto uso de sementes transgênicas e agrotóxicos, os *food crops* consistem em gêneros básicos dos regimes alimentares, como arroz, feijão e milho, direcionando-se ao mercado interno e contribuindo para a redução da insegurança alimentar, sobretudo das populações mais pauperizadas. De acordo com Kay (2015) e Bruno (2016), a maioria dos agricultores brasileiros produz para a exportação. Subequipados, esses trabalhadores têm que pagar diversos impostos e taxas, o que contribui para a diminuição dos seus rendimentos financeiros e a piora da condição de vida do núcleo familiar. Além disso, tais encargos dificultam a aquisição e/ou a renovação dos insumos empregados na produção.

A disseminação do plantio de espécies vegetais, como a mamona, a beterraba e a cana-de-açúcar, destinadas à produção de biocombustíveis, minora a emissão de gases estufa e a poluição atmosférica, mas contribui para a diminuição da segurança e da soberania alimentar, uma vez que reduz a quantidade de terras férteis voltadas à produção de alimentos (KOHLHEPP, 2010). Neste contexto, sublinha-se que a agricultura volvida à geração de biocombustíveis coincide com os parâmetros dos *cash crops*, pois a maioria das propriedades estabelece um cultivo monocultor direcionado à exportação, com o objetivo de majorar os rendimentos e os lucros logrados com a produção agrícola. No tocante ao assunto, Tundisi (2008, p. 10) explica que:

O investimento em produção de alimentos mais rentáveis – *cash crops* – significa maior investimento e usos mais intensivos de água na agricultura. A degradação da qualidade da água superficial e subterrânea é outro

componente relevante dos usos da água na agricultura, e essa degradação deve ser quantificada.

Assim sendo, o cultivo de *cash crops* prejudica a dimensão hídrica da soberania alimentar, uma vez que demanda maior consumo de água e promove a contaminação de águas superficiais e subterrâneas, especialmente pelo uso massivo de praguicidas. Na conjuntura agrária nepomucenense, em que muitas propriedades agrícolas já padecem com a escassez hídrica, a continuidade da monocultura cafeeira ameaça diretamente a disponibilidade e a qualidade da água no município.

No entanto, alguns autores, como Govereh e Jayne (2003), defendem a possibilidade de conjugação entre *cash crops* e *food crops*, pois consideram que essas culturas não disputam espaço, tampouco investimentos, e os rendimentos oriundos da comercialização dos gêneros direcionados à exportação podem auxiliar na produção dos víveres direcionados ao autoconsumo ou à venda no mercado interno. Em sua análise, as culturas voltadas à venda proporcionam o aumento dos investimentos financeiros em determinada área, os quais reverberam na melhoria da infraestrutura produtiva, especialmente em setores como energia e transporte.

Nesta perspectiva, os pesquisadores são favoráveis ao cultivo dos *cash crops*, uma vez que, em sua avaliação, o plantio desses gêneros pode ampliar a renda e a produtividade das pequenas propriedades agrícolas. Ademais, afirmam que as linhas de crédito agrícola são mais difundidas para os produtos destinados à exportação. Deste modo, o cultivo de tais gêneros permite a aquisição de diversos insumos, como praguicidas, transgênicos, fertilizantes químicos, equipamentos e máquinas agrícolas, os quais possibilitam o aumento da produtividade e, consequentemente, das receitas dos produtores rurais (GOVEREH; JAYNE, 2003). De fato, sua produção causa o aumento das exportações, mas também promove o crescimento das importações. Consequentemente, a dependência em relação ao mercado externo também é intensificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o cultivo de *food crops* constitui uma medida indispensável à promoção da soberania alimentar no município de Nepomuceno, pois diminuiria a dependência frente ao mercado externo, além de ampliar a produção de gêneros básicos dos regimes alimentares da população nepomucenense, como feijão, arroz e milho. Ademais, os custos de transporte seriam reduzidos, fato que provavelmente

provocaria a queda nos preços venais dos alimentos, traria benefícios aos habitantes do município e minoraria os índices de insegurança alimentar.

Em Nepomuceno, os agricultores familiares, em virtude da dependência em relação ao mercado, do uso de sementes transgênicas e praguicidas, do emprego de fontes de energia não renováveis e da ausência de controle sobre a produção, não apresentam soberania alimentar. Devido ao predomínio da monocultura cafeeira, a segurança alimentar também é ameaçada, pois há expressiva diminuição da diversidade de gêneros cultivados.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. **Bulletin of Science, Technology & Society**. v. 25, n. 04. 2005, p. 361-371.
- ALTIERI, Miguel. ; NICHOLLS, Clara I. **Agroecología** – Teoría y práctica para una agricultura sustentable. 1^a Edição. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). México, 2000.
- BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre. v. 17, n. 39. 2015, p. 276-336.
- BORBA, Juliano. ; BONATTI, Michelle. ; SIEBER, Stefan. ; MÜLLER, Klaus. Theatre methods for food security and sovereignty: A Brazilian scenario. **Journal of Rural Studies**. v. 62. 2018, p. 29-39.
- BRUNO, Regina. Desigualdades, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 24, n. 01. 2016, p. 142-160.
- CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. Soberania Alimentar em Famílias Campesinas no Município do Divino, MG: Uma Geografia dos Alimentos? **Geografares**, Vitória. n. 25. 2018, p. 310-330.
- CHAMBERS, Robert. The Origins and Practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**. v. 22, n. 07. 1994a, p. 953-969.
- _____. Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm. **World Development**. v. 22, n. 10. 1994b, p. 1437-1454.
- CHÁVEZ, Humberto González. La Gobernanza Mundial y los Debates Sobre la Seguridad Alimentaria. **Desacatos – Revista de Antropología Social**. n. 25. 2007, p. 07-20.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **A Soberania Alimentar através do Estado e da Sociedade Civil: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente. 2016. 353 f.

_____. A Soberania Alimentar e a Releitura do Conceito de Região pela Geografia. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia. v. 19, n. 68. 2018, p. 372-388.

COELHO, Antonio José Ernesto. **Sul de Minas – Excelência em Café**. Varginha: Edições Alba, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **A Via Campesina** – A Globalização e o Poder do Campesinato. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013. (Coleção Vozes do Campo)

EGUREN, Fernando. Soberanía alimentaria: el debate mundial se intensifica. **La Revista Agraria**. n. 156. 2013, p. 06-07.

EMATER-MG – EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Entrevistas Realizadas com os Funcionários da EMATER em Nepomuceno no Mês de Janeiro de 2019**. Nepomuceno: EMATER-MG, 2019.

FAO. **Global food security index 2013** - An annual measure of the state of global food security. Roma, 2013.

_____. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2023** – Urbanización, transformación de los sistemas agroalimentarios y dietas saludables a lo largo del continuo rural-urbano. Roma: FAO, 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorios y Soberanía Alimentar. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**. v. 02, n. 03. 2017, p. 22-39.

FONSECA, Zulma Yanira; PATIÑO, Gonzalo Alberto; HERRÁN, Oscar Fernando. Malnutrición y seguridad alimentaria: un estudio multinivel. **Revista Chilena de Nutrición**. v. 40, n. 03. 2013, p. 206-215.

GOVEREH, Jones. ; JAYNE, Thomas S. Cash cropping and food crop productivity: synergies or trade-offs? **Agricultural Economics**. v. 28, n. 01. 2003, p. 39-50.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Insegurança Alimentar no Brasil: Análise dos Dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas. v. 15, n. 01. 2008, p. 49-61.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

_____. **Censo Demográfico de 2022: Resultados do Universo**. IBGE, 2024.

KAY, Cristóbal. The Agrarian Question and the Neoliberal Rural Transformation in Latin America. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**. n. 100. 2015, p. 73-83.

KOHLHEPP, Gerd. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 24, n. 68. 2010, p. 223-253.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura Familiar**: Comparação Internacional. Volume II – Do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

LEE, Richard. Food Security and Food Sovereignty. **Centre for Rural Economy Discussion Paper Series**. n. 11. 2007, p. 01-17.

MACHADO, Priscila Pereira. ; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de. ; MENDES, Áquiles Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**, São Paulo. v. 25, n. 02. 2016, p. 505-515.

MALUF, Renato S. Diversidad, Desigualdades y la Cuestión Alimentaria. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. n. 25. 1998. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-25.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, Hague. v. 36, n. 01. 2009a, p. 139-169.

_____. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agricultural Human Values**. v. 26, n. 04. 2009b, p. 281-295.

_____. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução: Sonia Midori. 1^a Edição. São Paulo: Editora Unesp/UFRGS, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016.

PATEL, Raj. What does food sovereignty look like? **Journal of Peasant Studies**, Hague. v. 36, n. 03. 2009, p. 1-20.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Soberania Alimentar e Campesinato: Disputas Teóricas e Territoriais. **GEOgraphia**, Niteroi. v. 17, n. 33. 2015, p. 177-204.

PEREIRA, Viviane Camejo; LÓPEZ, Pedro Antonio; DAL SOGLIO, Fabio Kessler. A Conservação das Variedades Crioulas para a Soberania Alimentar de Agricultores: Análise Preliminar de Contextos e Casos no Brasil e no México. **Holos**, Natal. n. 33, v. 04. 2017, p. 37-55.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAMSEL, Anthony. ; SENEFF, Stephanie. Glyphosate, pathways to modern diseases IV: cancer and related pathologies. **Journal of Biological Physics and Chemistry**. v. 15. 2015, p. 121-159.

SANTOS, Thiago Araujo. Campesinato e Política: uma abordagem geográfica sobre a prática agroecológica. **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa. v. 10, n. 03. 2016, p. 502-516.

SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 21, n. 60. 2007, p. 143-154.

SEN, Amartya. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Nova York: Oxford University Press, 1981.

SILIPRANDI, Emma. É possível garantir a soberania alimentar a todos os povos no mundo de hoje? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, EMATER/RS. v. 02, n. 04. 2001, p. 16-19.

SILVA, João Vitor Ramos. ; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Luta pela terra e as confluências geográficas entre cidade e campo em Presidente Prudente (SP-BR). **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá. v. 23, n. 02. 2014, p. 161-178.

SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco da. ; MACIEL, Leandro. ; BALLINI, Rosângela. Derivativos sobre Commodities Influenciam a Volatilidade dos Preços à Vista? Uma análise nos mercados de boi gordo e café arábica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba. v. 52, n. 03. 2014, p. 417-436.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A Utilização de Metodologias de Diagnóstico e Planejamento Participativo em Assentamentos Rurais: O Diagnóstico Rural/Rápido Participativo (DRP). **Em Extensão**, Uberlândia. v. 08, n. 01. 2009a, p. 34-47.

SOUZA, Alessandra Silva de. Um Debate Acerca da Soberania Alimentar e da Agroecologia: Um Desafio de Percepção e de Prática. Ou, de que Lado é o meu Quintal? **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente. v. 10, n. 01. 2009b, p. 113-133.

SUPPAN, Steve. Challenges for Food Sovereignty. **Fletcher Forum of World Affairs**. v. 32, n. 01. 2008, p. 111-123.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. **Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona. v. 11, n. 254. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

TOMAZINI, Carla Guerra. ; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. v. 24, n. 58. 2016, p. 13-30.

TUNDISI, José Galizia. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos Avançados**, São Paulo. v. 22, n. 63. 2008, p. 07-16.

VERVOORT, Joost. M. ; THORNTON, Philip. K. ; KRISTJANSON, Patti. ; FORCH, Wiebke. ; ERICKSEN, Polly. J. ; KOK, Kasper. ; INGRAM, John. S. I. ; HERRERO, Mario. ; PALAZZO, Amanda. ; HELFGOTT, Ariella. E. S. ; WILKINSON, Angela. ; HAVLÍK, Peter. ; MASON-D'CROZ, Daniel. ; JOST, Chris. Challenges to scenario-guided adaptive action on food security under climate change. **Global Environmental Change**. v. 28. 2014, p. 383-394.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2016. 233 f.

_____. Segurança Alimentar no Campo e na Cidade em Nepomuceno-MG. **Revista Tamoios**, São Gonçalo. v. 13, n. 01. 2017, p. 50-71.

WITTMAN, Hannah. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague. v. 36, n. 04. 2009, p. 805-826.